

# MANIFESTAÇÃO NACIONAL

**10 MAIO**

**14H30 / LISBOA**

**MARQUÊS DE POMBAL**



**RESIDÊNCIA OFICIAL<sup>o</sup>  
PRIMEIRO-MINISTRO**

**AUMENTAR OS SALÁRIOS**

**REPOR E VALORIZAR AS CARREIRAS**

**CONTAGEM DE TODO O TEMPO DE SERVIÇO**

**REVOGAR O SIADAP**

**DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS**



O governo PS, apesar de criadas as condições para uma efetiva mudança de políticas, tem falhado, por opção própria, e não apenas por imposições externas, na tomada de medidas que são cruciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

**Vale a pena lutar!  
É PELA LUTA QUE LÁ VAMOS!**

Foi a luta determinada e decisiva dos trabalhadores da Administração Pública que tornou possível reverter algumas das medidas mais gravosas que PS, PSD e CDS implementaram contra os direitos dos trabalhadores e contra os serviços públicos nas últimas décadas, como é o caso das 35 horas e dos 4 feriados, do pagamento do Subsídio de Natal por inteiro ou do fim da sobretaxa do IRS.

INSCRIÇÃO para organização do transporte até 6 de Maio

Telf(s). 800 251 370

239 851 370 - 961 561 708

Fax. 239 851 378

email: geral@stfpcentro.pt

www.stfpcentro.pt

**PARA AVANÇAR**

**continuar a lutar**

**É urgente valorizar os trabalhadores!**

Em resultado do congelamento dos salários, imposto desde 2009 e das carreiras desde 2005, os trabalhadores da Administração Pública perderam, em média, 15,6% do poder de compra, sendo que em algumas categorias profissionais a perda ultrapassa os 20%.

A aplicação dos 635,07€, valorizando os salários mais baixos, deixou de fora mais de 600 mil trabalhadores que se mantêm sem qualquer aumento salarial desde 2009!

Com esta medida, o Governo PS viola o princípio da proporcionalidade dos salários, apaga o direito à progressão que os trabalhadores adquiriram durante a carreira, roubando os pontos àqueles que beneficiariam do aumento do salário mínimo, confundindo aumentos com progressões.

O direito à progressão na carreira, sendo “faseado” significa uma importante perda pecuniária para os trabalhadores e muitos nem tiveram qualquer progressão em consequência de um sistema de avaliação de desempenho profundamente injusto.

**Frente Comum**

Sindicatos  
Administração  
Pública